

---

## **079ª SESSÃO ORDINÁRIA 26AGO2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente, em nome do PSOL – em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex Fraga –, venho fazer uma denúncia muito grave em relação ao transporte coletivo da nossa Cidade. Todos sabem que a nossa bancada, aqui na Câmara, bancada do PSOL, tem história, ao longo dos anos, em fiscalização permanente do transporte, que é um direito da nossa população, o direito de ir e vir, e que é gerenciado – ou deveria ser gerenciado – pelo Executivo Municipal.

Não é nenhuma novidade que nós estamos, há muitos anos, denunciando os aumentos abusivos das tarifas de ônibus e as suspeitas de uma verdadeira caixa de Pandora no que diz respeito às empresas do transporte coletivo. A luta, em 2011, gerou, prezado Presidente Cláudio, do Conselho Municipal dos Direitos em Defesa do Consumidor, uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado, que trouxe à luz muitos temas: os lucros ilegais das empresas, os valores abusivos dos insumos em comparação com os valores de mercado, os pneus, o óleo diesel, os chassis, a utilização no cálculo de uma frota reserva que estava estacionada nas garagens das empresas de transporte coletivo e eram incluídas como forma de enriquecer meia dúzia de empresários às custas da nossa população. Registro que o Cauê, do Procon, também acompanha a Sessão da tarde de hoje. Essa mobilização gerou a jornada de junho de 2013, quando milhares de jovens conseguiram, pela primeira vez na história de Porto Alegre, numa ação jurídica e política combinada, em que a Bancada do PSOL entrou, num processo de mobilização, reduzir as tarifas de ônibus.

Eu acompanhei atentamente a licitação do transporte coletivo, Ver. Paulinho Motorista. As duas primeiras resultaram desertas porque, através de um verdadeiro conluio organizado, os empresários da ATP decidiram, deflagraram, anunciaram pela imprensa que iriam boicotar a licitação, embora a licitação tenha sido determinada pela Justiça, porque qualquer concessão do serviço público precisa ser licitada pelo princípio do menor preço.

---

Todos vocês nos conhecem e sabem da nossa luta pelo transporte público, pela ampliação da Carris, pela busca para que o transporte não seja objeto de lucro e, sim, um direito resguardado da população. Qual não é a nossa surpresa? A única empresa que não é das que compõem o conluio que opera em Porto Alegre, a única empresa que apresentou proposta foi desclassificada. Eu pedi o material da licitação para a EPTC sobre as planilhas do transporte. Eu falei que ela foi desclassificada, embora tenha feito proposta de menor preço, em até R\$ 0,04 em algumas das bacias previstas no transporte. Esse é outro debate que farei nesta tribuna também para dizer como essa licitação significou a licitação das cartas marcadas; a licitação para regularizar a situação de exploração do transporte coletivo de empresas que operam há mais de 60 anos, que negociam por dentro do setor e vendem concessões públicas, que lucraram milionariamente às custas da população. Agora, o debate que quero fazer é sobre o aumento tarifário de 2015, porque analisando as propostas das empresas, uma coisa muito clara apareceu nas propostas da licitação e da planilha tarifária de 2015: apropriação indébita! As empresas, em 2015, algumas delas, como a Belém e a Sopal apresentaram o *diesel* mais barato agora na licitação do que na planilha de janeiro! Como pode, se o *diesel* aumentou, a gasolina aumentou, se o custo de vida aumentou para todo mundo, que tenha caído o custo do óleo *diesel*? A não ser que esses insumos, que estão sob suspeita, com indícios de superfaturamento, que todos os indícios da planilha estejam superfaturados! Esse fato é muito grave, porque eleva... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigada, Presidente, porque essa denúncia, esse fato é muito grave mesmo. Coloca em dúvida toda a planilha de 2015; portanto, coloca em xeque a tarifa de R\$ 3,25, operada agora no Município de Porto Alegre, e também o processo licitatório no Município. Mais: é verdadeiramente inadmissível que algo que onera a tarifa esteja com preços superfaturados em janeiro. Então, nós estamos fazendo essa denúncia na tribuna e vamos fazer em todas as esferas cabíveis. Eu, o Ver. Alex, o nosso Deputado Pedro Ruas, questionando tanto a licitação – que é uma licitação de cartas marcadas – quanto a planilha de 2015, que está em dúvida em todos os seus aspectos com indícios claros de superfaturamento.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** (14h30min) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 124/14.

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Em discussão o PLL nº 124/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/14.

**O SR. PAULO BRUM:** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero que V. Exas. atentem agora para a questão de mérito; por isso é que eu pedi o art. 81 para trazer esta nossa proposição ao plenário.

Em 1995, nós aprovamos nesta Casa o benefício do passe livre às pessoas com deficiência em Porto Alegre. Naquele momento, delegou-se às entidades representativas que fizessem o cadastro para as pessoas terem direito ao benefício.

A Federação Riograndense de Entidades de Deficientes Físicos – Fredef ficou responsável pelo cadastro das pessoas com deficiência física; a Federação Riograndense de Entidades de Cegos e para Cegos – FREC para cadastrar os deficientes visuais; a Federação dos surdos para cadastrar os deficientes auditivos em Porto Alegre; e a Federação das APAEs –, como a APAE é em Porto Alegre – responsável pelo cadastramento das pessoas com deficiência intelectual. Pois bem, até então vem funcionando dessa maneira.

Ocorre que, em 2005, esta Casa aprovou a constituição de uma Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência em Porto Alegre. Depois, nesta mesma Casa, nós a transformamos em Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social. Qual é a nossa proposta, Srs. Vereadores? Hoje, a SMACIS cadastra apenas as pessoas com deficiência física para o benefício do passe livre em Porto Alegre. E é assim porque, quando eu assumi como Secretário, fiz um convênio da Secretaria com a EPTC para que as pessoas com deficiência física não fossem prejudicadas em Porto

---

Alegre, visto que a federação que congrega as entidades de pessoas com deficiência física está localizada em Canoas; portanto, os deficientes físicos teriam que ir até Canoas para fazerem seu cadastramento para terem o benefício em Porto Alegre. Por meio desse convênio que fizemos com a EPTC, a SMACIS passou a fazer o cadastro das pessoas com deficiência física em Porto Alegre.

Mais tarde, a federação das entidades dos surdos também transferiu a sua sede para Canoas. Hoje, para que o surdo tenha o benefício do vale-transporte em Porto Alegre, ele tem que ir até Canoas para fazer o cadastro. Volto a frisar, que temos uma secretaria municipal em Porto Alegre que foi constituída exatamente para atender todas as pessoas com deficiência.

A nossa proposta é bem simples, não vai gerar custo nenhum para o Executivo Municipal, pois já temos a Secretaria, temos lá os funcionários que estão lá atendendo, apenas queremos que eles passem também a atender todas as pessoas com deficiência, que é o objetivo da nossa Secretaria.

Srs. Vereadores, esta é minha proposta singela, mas tenho certeza de que em muito vai contribuir para que todas as pessoas com deficiência em Porto Alegre tenham lá o seu local específico, independente da sua entidade. E na nossa própria proposta nós colocamos que nenhuma entidade será prejudicada porque a própria SMACIS poderá fazer convênios para que as entidades continuem fazendo – aquelas que estão em Porto Alegre, que tem sede em Porto Alegre – o registro das pessoas com deficiência. Por exemplo, a APAE continuará fazendo lá a inscrição e o cadastro das pessoas com deficiência intelectual; a Associação dos Cegos continuará fazendo o seu trabalho como vem fazendo hoje. Nós queremos que os deficientes físicos e as pessoas com deficiência auditiva, os surdos, tenham também na SMACIS um local onde eles possam fazer o seu cadastramento. Portanto, Sr. Vereadores, volto a frisar, é uma singela proposta, mas que, na verdade, vai beneficiar e muito as pessoas com deficiência no Município de Porto Alegre.

Eu já cheguei a conversar sobre este projeto com o nosso Vice-Prefeito, que na hora foi favorável, mas como foi em um período em que estava cuidando da greve dos municipais em Porto Alegre nós não demos andamento. Por isso eu acredito que tenho também a sensibilidade do Poder Executivo para podermos concretizar essa nossa proposta. Portanto, eu peço o voto favorável das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra.

**O Sr. Eng<sup>o</sup> Comassetto:** Sr. Presidente, mesmo estando na Ordem do Dia, eu venho aqui pedir a sua anuência, porque recebemos, neste momento estão, aqui no plenário, duas comunidades da Restinga, do Barro Vermelho e da 5ª Unidade, que são duas comunidades que estão em áreas públicas municipais e recorrem a esta CUTHAB. Eu venho pedir permissão para que possamos recebê-las aqui ao lado, sem prejuízo da votação, e convido os demais Vereadores que têm relação com o tema para participarem para fazermos um encaminhamento. Então eu queria lhe fazer um pedido nesse sentido. Muito obrigado.

**A Sra. Jussara Cony:** Em nome do PCdoB, nós também estamos recebendo esta comunidade, que está solicitando uma audiência na nossa CUTHAB, e também é importante ser entregue uma cópia para a Mesa Diretora, porque nós estamos em pleno processo de busca. Estão solicitando uma reunião, e esta Casa tem tido um papel importante na reforma urbana e na regularização fundiária da população de Porto Alegre. Era isso.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Sr. Presidente, o requerimento do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto é relevante, apenas eu entendo e sustento essa posição – eu tenho interesse no assunto, quero participar da reunião: não há como compatibilizarmos a votação com a participação na reunião. Se for o caso, se for da opinião da maioria, que se suspenda por determinado tempo a Sessão para que se ouça essas comunidades, mas não coincidentemente nós recebermos a comunidade e ocorrer a discussão e a votação de matéria importante na Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Convido os Líderes para virem até a Mesa, para tomarmos uma decisão em conjunto. (Pausa.) Conforme acordo de Líderes, a pedido do

---

Ver. Reginaldo Pujol, vamos votar o projeto do Ver. Paulo Brum, que já está sendo encaminhado; depois vamos suspender a Sessão por 15 minutos, recebemos a comunidade ali ao lado e depois voltamos para a Sessão.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/14.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, senhoras e senhores, nossa saudação a todos que estão conosco na tarde de hoje e também ao pessoal da Restinga. Eu fui o Relator deste Projeto, meu caro amigo e Ver. Brum, e a minha proposta foi pela rejeição em razão da questão da iniciativa, mas, dada a relevância do tema e a forma como a SMACIS tem atendido a minha posição é reverter o parecer que fiz, e vou, amigo Paulo, votar favoravelmente ao Projeto, pela extensão que ele alcança. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/14.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Venho aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, desde já, expressar o nosso voto favorável ao projeto do Ver. Paulo Brum, mas quero aproveitar aqui a oportunidade para fazer alguns registros. O primeiro deles é que o Governo Municipal do Governo Fortunati e, na época, então, Governo Fogaça, sugeriu a esta Casa a criação de Secretarias, e uma delas a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social, da qual o próprio Ver. Paulo Brum foi Secretário, na gestão Fogaça. Logo depois, foi enviado a esta Casa o Plano Municipal de Acessibilidade – e eu tive o prazer e a oportunidade, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos na época, de fazer todo um debate, uma discussão com a Cidade, bem como um conjunto de sugestões e adequações. E o Plano Municipal de Acessibilidade já foi aprovado há muito tempo, Ver. Paulo Brum. Agora ficou no papel. O Governo Municipal anunciou há um bom tempo – há mais de cinco anos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, já venceu o prazo, pela legislação federal, para que todos os órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, estejam com sua estrutura de acessibilidade organizada e montada. Em Porto Alegre isso ainda não aconteceu. Como o tema aqui é uma readequação na Secretaria de Acessibilidade, digo que votaremos favoravelmente, mas estamos aqui cobrando do Governo Municipal, para

---

que preste conta do Plano Municipal de Acessibilidade, que já foi aprovado – já venceu o prazo para sua execução, confecção, atualização e realização, sem que o mesmo fosse feito. Portanto esta Casa não pode se dar ao luxo de aprovar projetos importantes para a Cidade, no tema “Cidade que Inclui”, que diz respeito às pessoas com deficiência, que merecem e têm os direitos garantidos constitucionalmente. E nós traduzimos aqui na legislação municipal – isso foi apontado para a realização de programas municipais. Esses programas devem acontecer; portanto, no nosso ponto de vista, Ver. Paulo Brum, o senhor que é uma pessoa com deficiência, votaremos favoravelmente ao seu projeto, mas estamos aqui cobrando que o Governo Municipal preste contas da política que já aprovamos e ainda não foi realizada. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/14.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, prezadíssimo colega, Ver. Paulo Brum, cumprimentar inicialmente e dizer que V. Exa. pretende com esse projeto incluir, além daquilo que já está, o inc. XIV do art. 3º do PLL nº 124/14, que diz: “...receber documentação ou estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, para encaminhar o benefício de gratuidade no Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre para pessoas com deficiência física, intelectual, visual ou auditiva, bem como para seus acompanhantes”.

Veja, V. Exa., Ver. Paulo Brum, primeiro quero dizer que acompanho a sua proposta, mas eu vou aproveitar V. Exa. e fazer um apelo. Porto Alegre está a desejar não só para os deficientes físicos, prezadíssimo Ver. Paulo, para toda a sociedade, esta Cidade está a desejar – e muito, e muito! É inconcebível, por exemplo, que nós, comprovadamente, possamos demonstrar que o Executivo leva mais de 60 dias para fechar um buraco numa via pública. Então, convenhamos, prezado Paulo, V. Exa. que é da base do Governo, nós precisamos aproveitar esses espaços, prezado Paulo, para dizer que, primeiro, estamos apoiando a sua proposta e achamos que é justa, é necessária, mas não pense V. Senhoria...E aqueles que estão nos assistindo sabem disto: Porto Alegre precisa fazer um mutirão. Vou dizer mais ainda: um mutirão de trabalho, Ver. Cecchim, com

---

---

responsabilidade das Secretarias, porque as demandas caem nos nossos Gabinetes, nós providenciamos o encaminhamento. Aí ou é do DMAE, e o DMAE não faz, e aí volta para o Gabinete, que tem que comunicar o DEP. As Secretarias não conversam, prezadíssimos colegas, esse é um assunto antigo aqui na Casa. Não pode um Vereador, e eu tenho vários exemplos, encaminhar um Pedido de Providências, e o Vereador receber um retorno, dizendo: olha, não é com a nossa Secretaria. Em muitas situações, nós, Vereadores, não temos como avaliar de quem é o problema, se é do DEP ou do DMAE, até porque, aqui, em Porto Alegre, mais de 70% da rede é mista – esgoto cloacal e pluvial junto. Nós temos muitas demandas que dizem respeito à SMAM, mas junto há a obrigação do DMAE ou do DEP, e, no meu entender, não há necessidade de nós, Vereadores, fazermos essa provocação entre as Secretarias. As Secretarias têm que ser mais ágeis e conversar entre si, sob pena de permanecermos, aqui, perdendo tempo. Ver. Paulo Brum, aproveito este momento para fazer esse desabafo, porque é constante, é todo santo dia: Porto Alegre está esburacada, Porto Alegre precisa de pequenos reparos urgentes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/14, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, muito boa-tarde. Venho aqui apenas me somar à iniciativa do Ver. Paulo Brum, creio que é opinião de todos. A sua luta, Ver. Paulo Brum, em nome dos portadores de deficiência da nossa Cidade, tem vários méritos. Essa proposta tem um elemento político, eu diria até ideológico, pois estamos vivendo um momento em que muitas vozes estão dizendo que o Estado tem que ser mínimo, que o governo tem que ter o menor tamanho possível, se possível, nem existir governo porque o mercado resolve tudo, que tem que fechar todas as Secretarias, Ministérios, porque não prestam, porque políticos não prestam, porque a política não presta, porque as políticas públicas não prestam. E o senhor vem aqui dizer, em nome de uma população muitas vezes invisível, que tem que ter Poder Público, sim! Que o Governo tem que existir, tem que ter capacidade de fazer obras de inserção social, obras que o mercado não faz. Jamais será preocupação do Bradesco, do Itaú, do Sistema Financeiro, da FIESP, da

---

pág. 8



---

Rede Globo que haja passagem nas calçadas, transporte público, acessibilidade, que sejamos uma cidade humana para todos os porto-alegrenses. E o senhor traz essa iniciativa com esse mérito. E tem um outro mérito que eu gostaria de trazer aqui. Nós tivemos um seminário na CEDECONDH sobre a população idosa, e vou fazer um paralelo de pautas, afinal a Cidade Acessível também é acessível para os idosos. E me chamou a atenção, Ver. Paulo Brum, quando eu levantei o tema das calçadas em Porto Alegre. Eu caminhava com a minha avó pela Rua dos Andradas – isso há 25 anos –, ela morava ali no prédio Alvorada, e já me lembro da imensa dificuldade de se caminhar em Porto Alegre. Então, não é culpa do governo A ou B, mas lembro que foi feita uma campanha. Até uma Secretária que agora está no Governo Estadual, cortando secretarias, é a nova voz do corte aqui no Estado, a salvadora da pátria – muito competente, aliás, não questiono a sua competência de forma alguma; trabalhei quando ela estava no Governo Yeda, se não me engano –, Secretária Ana Pellini, quando foi apresentado um projeto aqui para se acabar com os buracos em Porto Alegre. Acho que a Prefeitura deve nos prestar contas. O senhor falou dos buracos nas vias, Ver. Bernardino; trago aqui os buracos nas calçadas também. Lembro que a Prefeitura gastou dinheiro com publicidade, que ia notificar, mas os buracos nas calçadas continuam. O meu pai, Dr. Abraão Winogron, fala que o motivo de as pessoas mais se quebrarem em Porto Alegre, de haver luxações, fraturas de idosos, que inclusive depois oneram o sistema de saúde e levam à morte, são as calçadas de Porto Alegre. Porto Alegre é uma cidade onde tanto os portadores de deficiência quanto os idosos não podem caminhar. Quero pedir ao Governo que nos faça uma prestação de contas daquele projeto das calçadas tão divulgado, que teve programa de TV, de jornal, notificando, informando, e o problema continua. Acho que é mais um símbolo de problemas de gestão que cabe a nós, como oposição, apontar aqui, porque o mínimo que uma Prefeitura pode fazer é criar um ambiente de mobilização social para que a sociedade cuide das calçadas, e isso hoje não é feito na nossa Cidade. Então, a sua iniciativa, com certeza, dá voz para quem quer transitar em Porto Alegre; simplesmente o direito de ir e vir, que não existe, com certeza, para dezenas de milhares de porto-alegrenses. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 124/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADA.**

Em votação o PLL nº 124/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

**O Sr. Cassio Trogildo (Requerimento):** Sr. Presidente, quero reformular o requerimento da suspensão da Sessão para atender às comunidades, após a votação do segundo projeto, tendo em vista que nós temos público aqui também que está aguardando para ingressar nas galerias, para que possamos apreciar o PLL nº 112/15.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLL nº 112/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 112/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, ao PLL nº 112/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em discussão o PLL nº 112/15. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

---

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha e, em especial, estudantes de Porto Alegre que nos acompanham nesta tarde. É com muita satisfação que eu saúdo os estudantes da Escola Municipal Professor Anísio Teixeira, da Escola Estadual Roque Gonzáles, da Escola Estadual Ministro Poty Medeiros, do Colégio Estadual Professor Elmano Lauffer Leal, da Escola Estadual República Argentina, do Colégio Estadual Cândido José Godói, da Escola Municipal Timbaúva, da Escola Municipal Chico Mendes, da Escola Municipal Deputado Victor Issler e os demais estudantes aqui presentes, Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, estudantes que nos acompanham. Muito me honra ser o proponente desse projeto que estabelece a meia-entrada para todos os estudantes em todos os espetáculos esportivos, culturais da nossa Cidade. Também para os jovens de baixa renda com idade entre 16 e 29 anos. Já tivemos outras leis propostas por outros representantes da nossa Câmara de Vereadores.

Eu venho do movimento estudantil, fui diretor da UMESPA em 1983 e 1984, estive na luta pela redemocratização do País, na luta pela campanha das Diretas Já. Logicamente, não tem como voltarmos a essa época, há mais de 30 anos, e ver essa mobilização dos estudantes de Porto Alegre lutando cada vez mais por seus direitos. É dispositivo constitucional o pleno desenvolvimento da pessoa através da Educação, está no art. 215 da nossa Constituição. Em dezembro de 2014, pela Lei nº 14.612, nós já garantimos uma lei estadual que dá esse direito a todos os estudantes no território do Estado do Rio Grande do Sul. Mas não é incomum que muitos empresários que não estão dispostos a que a juventude tenha cultura, que os estudantes possam ter acesso à cultura se utilizarem da lei municipal vigente de 2006 para procrastinar, atrasar a aplicação da lei estadual. Não é incomum, Ver. Maroni, que também militou no movimento estudantil, foi diretor da União Estadual dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul da qual fui presidente, não é incomum muitos empresários utilizarem a lei municipal que prevê benefícios menores, mais reduzidos, para procrastinar judicialmente a decisão da aplicação da lei estadual. Então o que estamos fazendo aqui é a adequação da nomenclatura à redação já estabelecida desde 2014 pela Assembleia Legislativa também na nossa lei municipal. Então eu peço às senhoras aos senhores Vereadores que, para que não haja mais dificuldades jurídicas, para que não haja mais ações judiciais, tentando retirar o direito dos estudantes, já assegurados por lei estadual, que tenhamos, também

---

---

aqui no Município de Porto Alegre, Ver. Paulo Brum, que há pouco acabou aprovando outro projeto de direitos. Que a gente possa ter essa Lei Municipal, que garanta e deixe muito bem claro para que o Procon Municipal – e está aqui o seu coordenador, o Cauê – possa atuar de maneira sempre única e definitiva, como já vem fazendo o Procon Estadual! Mas não fica livre ainda das ações judiciais.

Então, eu quero aqui saudar a juventude de Porto Alegre, saudar os estudantes de Porto Alegre e conclamar esta Câmara de Vereadores a aprovar este projeto, nesta tarde, garantindo a meia-entrada para todos os estudantes e jovens entre 16 e 29 anos, de baixa renda! Muito obrigado, um grande abraço. Viva a juventude brasileira! Viva os estudantes de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas meus que foram do Movimento Estudantil; Fernanda Melchionna, Alberto Kopittke. Mas eu queria fazer uma saudação especial ao meu colega, Cassio Trogildo, que aqui muito bem falou, e é uma pessoa comprometida. Contou a sua história desde 1983, não é pouco tempo que a tua luta vem; imagina! Eu, sem querer me comparar aqui, mas nasci em 1981. Tu, em 1983 estava na UMESPA. E muito me orgulha ser teu colega aqui, tu tendo feito essa luta desde 1983, passado pelos caras– pintadas; aí eu já era um pouco mais jovem, mas me lembro bem, em 1992, o papel que teve os caras-pintadas no Brasil, naquele momento, que vai ser marcante para o resto da história do Brasil. Provavelmente, daqui a trezentos anos vai se comentar sobre os caras-pintadas.

Eu quero fazer uma saudação também aos colegas funcionários, e queria fazer uma saudação muito especial aos jovens da UMESPA, da UGES, e às escolas que estão aqui presentes, diversas escolas. Parabéns por vocês terem se mobilizado e virem aqui de tarde. Eu quero dizer que fui do Movimento Estudantil, e não trocava um minuto que tive em qualquer outro momento, pelo momento de estar no movimento estudantil. Sempre que falo, de toda as histórias e experiências que tive, a participação estudantil foi a que me fundamentou como ser humano mais do que qualquer outra. Jovens como vocês, que

---

devem ter em torno de 15, 16, 17,18 anos – um pouco mais ou menos – estão aqui cumprindo o seu papel. Vir aqui numa tarde falar sobre uma política pública fundamental para todos os estudantes de Porto Alegre, apresentada pelo colega Ver. Cassio Trogildo, é fundamental. Vocês, hoje, podem ter certeza de que eu, há 15 anos – hoje tenho 34 anos –, estava aqui nesta bancada, falando em passe livre, em meia-entrada; discutindo vaga em universidade pública, em universidade privada. Porque o tempo passa e a demanda dos estudantes é a mesma: estágio, a questão do primeiro emprego e da meia-entrada. É fundamental que essa mobilização seja permanente. Por isso, quem tem hoje o papel protagonista dentro desta Câmara de Vereadores são vocês por estarem aqui. E quero dizer que vocês vão entrar na vida adulta logo adiante e vão lembrar desse dia, de terem vindo à Câmara Municipal e feito uma batalha por um direito que deveria ser obrigatoriedade há muitos anos – as conquistas dos estudantes só saem através de mobilização. Ver. Cassio Trogildo, meu colega, teve alguma conquista na história dos estudantes que não foi através de mobilização? Não teve. Teve alguma conquista que não foi através da participação dos estudantes? Não teve. Por isso eu digo, sem medo de errar: professor, diretor, escolas – inclusive, me comprometo junto ao Ver. Cassio Trogildo, se precisar ir às escolas – não adianta preparar um estudante para saber matemática, português, literatura, biologia e passar no vestibular. Preparar o estudante para ter a sua própria consciência, para saber pensar, para saber que é parte de um todo, para saber que pode mudar a sua vida e sua história e ter consciência coletiva é muito mais importante do que um vestibular. Para um vestibular, tu te preparas um ano de cursinho pré-vestibular, passa e cursa. Hoje, infelizmente, temos índices de que 70% dos jovens que se formam em faculdade – espero que todos vocês tenham um futuro bonito na faculdade – não exercem a sua profissão, por falta de mercado de trabalho. Lamentavelmente, esta é uma luta que depois de adultos temos que fazer.

Aqui tem diversos jornalistas, relações públicas e outros profissionais trabalhando fora das suas áreas, porque não tem espaço. Então, o papel de consciência, de valor humano e de luta social que vocês estão cumprindo hoje, vindo aqui, é um papel imensamente mais importante até do que estar se preparando para o vestibular. É imensamente mais importante vir aqui falar, gritar, com bandeiras, com faixas, do que qualquer outro papel! E este é o papel que vão levar para a vida toda o qual terão que ensinar os seus filhos no futuro.

---

Parabéns, espero que este projeto do Ver. Cassio passe, assim como outros projetos para os quais temos que contar com vocês. Parabéns para cada um que está aqui se mobilizando. Isso é fundamental, e eu fico muito orgulhoso e muito satisfeito de conhecer cada um de vocês. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria cumprimentar os jovens estudantes de várias escolas do nosso Município; a UMESPA, a UGES, os grêmios estudantis presentes.

Queria cumprimentar cada um de vocês que eu já tive oportunidade de conhecer em outras lutas, inclusive no último Dia do Estudante, no nosso ato, dia 11 de agosto, contra os ataques e os ajustes dos governos e a retirada de verbas da educação, por parte tanto do Governo Dilma quanto do Governo Sartori.

Na verdade, nestes minutos de discussão da matéria, eu quero cumprimentar o Ver. Cassio Trogildo pela iniciativa e dizer que, obviamente, nós vamos votar a favor do projeto, porque, na verdade, é um direito resguardado para todos os estudantes brasileiros que, na época neoliberal, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foi revogado. Lá, no meio da década de 1990, eles revogaram este direito e se começou a construir leis estaduais para garantir o direito à meia-entrada.

Em Porto Alegre, a primeira lei foi em 2006, fruto de uma mobilização da qual eu tive oportunidade de participar como militante do Movimento Estudantil, do DCE da UFRGS, com outros grêmios e outras entidades que fizeram uma série de protestos em Porto Alegre. Nós fizemos um protesto dentro do Shopping Praia de Belas, porque um dos impetrantes da ação tinha sido o GNC Praia de Belas, que entrou com uma ação contra o direito dos estudantes à meia-entrada. Nós fizemos uma mobilização no Guion, fizemos mobilizações nas ruas da nossa Cidade para garantir que os jovens tivessem respeitada a condição de estudantes, ou seja, que fosse garantido pela lei que os estudantes não querem só comida; os jovens querem comida, querem diversão, querem arte. Acesso à cultura é direito, inclusive no processo formativo, no processo da educação, mas está

---

para além do processo de educação. E foi um dos grandes avanços da legislação estadual o direito à meia-entrada para jovens de 16 a 29 anos, independente de estarem ou não na universidade, independente de estarem ou ao no ensino técnico, como forma de garantir essa condição dos jovens. Quando a lei da meia-entrada foi aprovada em Porto Alegre, nós dizíamos que a meia-entrada era um avanço, obviamente, mas que ela era meio fajuta. Por quê? Porque eram só 10% nos cinemas, no final de semana, porque os times de futebol não aceitavam a meia-entrada como direito dos estudantes, porque os espetáculos tinham que ter mais de duas apresentações em Porto Alegre, e, em relação aos grandes *shows*, aqueles que são muito caros, os nossos jovens não podiam ter direito à meia-entrada porque não tinha mais do que uma ou duas apresentações no Município de Porto Alegre. Somado a esse processo, nós vimos reduzir o espaço da cultura, Ver. Alex. Vimos a privatização do Auditório Araújo Vianna, que eu imagino que, infelizmente, nenhum de vocês tenha chegado a conhecer quando era público, porque muitos têm 16, 17 anos. Eu, quando tinha a idade de vocês, ia aos domingos ouvir *show* de graça no Araújo Vianna com um quilo de alimento. Hoje, para assistir a um *show* lá, tem que pagar no mínimo R\$ 120,00. É óbvio que tem que ter meia-entrada para os estudantes; é óbvio que tem que ter direito à cultura pública; é óbvio que temos que avançar em tempos em que querem retrocesso para a juventude, que querem aprovar a redução da maioria penal, transformando os jovens em bode expiatório, e não os governos que cortam da educação, que cortam da cultura, que cortam do acesso ao emprego, que querem transformar a juventude em bode expiatório, enquanto não se tem garantidos direitos fundamentais, como a meia-entrada todo dia, como o meio-passe aos domingos e feriados – que é um projeto de lei para o qual eu já convido a UMESPA e a UGES para nos ajudarem na mobilização, de autoria do Ver. Pedro Ruas e minha, que tramita nesta Casa e que queremos votar neste ano ainda. Estudante é estudante também domingo, estudante também é estudante durante feriado. Chega de a máfia do transporte coletivo controlar a política dos ônibus em Porto Alegre. É fundamental garantir tarifas mais baratas e direitos para a nossa juventude, inclusive com vista ao passe livre, porque nós precisamos, sim, garantir políticas para os estudantes poderem ir para a escola, para os estudantes poderem ter suas atividades de lazer na sua condição de estudante, mas para tudo isso é preciso muita mobilização, para tudo isso é preciso muita luta, para garantir que os direitos de lei sejam cumpridos. Hoje, apesar da lei estadual – por isso tem muito

---

---

mérito a lei municipal –, muitos lugares não estão aceitando o direito dos estudantes, muitos *shows* não garantem a meia-entrada, muitos cinemas dizem que aquela carteirinha não vale, que tem que ser X, Y ou Z! Chega de enrolar a juventude! Nós queremos direito todos os dias! Meia-entrada já, sete dias por semana, passe livre estudantil!  
(Não revisado pelo oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, prezados estudantes do movimento estudantil de Porto Alegre, não poderia deixar de vir aqui, colega Ver. Cassio Trogildo, também fui Presidente do grêmio do meu colégio em 1998, também fiz movimentos com outros grêmios da Cidade, na época fiz movimento estudantil na universidade. Sempre nos emociona ver estudantes na rua lutando por direitos, principalmente nesse sentido da história do Brasil. Algumas vezes, como estamos imersos no dia a dia, nós não nos damos conta de que está fazendo parte de um momento histórico do Brasil, Ver.<sup>a</sup> Jussara, um daqueles momentos que depois os livros de história vão contar. Nós estamos vivendo, neste momento, nestas semanas, um momento da história do Brasil, mas ainda não está decidido para que lado esse momento vai, porque a gente não pode se enganar achando que sempre que tem gente na rua é sinal de que se está lutando, Ver. Delegado Cleiton, por mais direitos, por mais democracia. Nós voltamos a ver no Brasil, e vocês lembram de domingo passado, foram grandes manifestações aqui em Porto Alegre, não por acaso no Parcão, na área mais nobre da cidade, assim como nas áreas mais nobres das outras capitais, grandes manifestações, com muitos jovens, infelizmente é verdade. Mas eles não lutavam por direitos; eles lutam contra os avanços que a juventude teve nos últimos dez anos, como o Prouni, que colocou dois milhões de jovens da periferia dentro das universidades, como a cota racial e a cota para os estudantes de escola pública dentro das universidades federais. Talvez vocês não se lembrem, mas, quando eu prestei vestibular, só havia lugar para estudante da escola privada dentro da federal, hoje há metade das vagas. Eles também lutam contra a construção de 380 escolas técnicas federais que foram feitas neste País, que eles tinham proibido, assim como eles também lutam contra o direito à meia-entrada, que já consta no Estatuto da Juventude, aprovado pelo

---

pág. 16



---

Presidente Lula, e que agora o Ver. Cassio muito bem e corretamente traz para Porto Alegre.

E nós precisamos entender o que está em jogo neste momento da história do nosso País. O Governador Tarso, há três anos, depois das manifestações de 2013, e muitos de vocês estavam lá, criou aqui no Rio Grande do Sul o passe livre para estudantes universitários que estudavam em outras cidades. Um gesto pequeno, é verdade, para um número pequeno de estudantes, também é verdade, porque a situação do Estado, como todos sabem, é difícil, mas é muito diferente da postura que se vê hoje no atual Governo de cortar tudo que são direitos, avanços sociais. E vocês precisam estar atentos porque vocês são a peça-chave que vai escrever o futuro do Brasil hoje. Nessas semanas, nós vamos escrever o que será o futuro do Brasil: um futuro em que a juventude é tratada como problema, como criminosa e que tem que ir para a cadeia, como dizem aqueles que defendem a redução da maioridade penal, ou um futuro por aqueles que defendem, assim como nós, uma juventude com cultura, com mobilidade, transitando pela Cidade e ocupando o espaço público? Ou seja, é ocupar o espaço público da Cidade ou é cercá-la? Ou então colocar a juventude dentro de um presídio? Nós estamos junto desses que acreditam na juventude e não daqueles que fazem populismo, que angariam votos defendendo que a juventude brasileira tinha que estar no presídio. Nós queremos mais políticas sociais, nós queremos mais direitos, nós queremos o passe livre em Porto Alegre, como aqui está proposto. Por isso este é o momento da luta, parabéns a vocês, que estão lutando, parabéns ao Ver. Cassio e a esta Cidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aproveito para cumprimentar todos os companheiros da ocupação que estão ali esperando – após a votação, que será histórica nesta Casa, vocês serão recebidos. Quero me dirigir aos jovens de hoje porque um dia todos nós fomos jovens. Trago aqui para vocês um pouco da minha experiência e quero dizer da minha felicidade ao ver a juventude organizada na luta pelos seus direitos, na luta histórica por democracia, por soberania, por liberdades

---

democráticas, na luta por um projeto de nação que olhe as nossas diversidades econômicas, políticas, sociais, culturais, olhe a nossa diversidade como a maior riqueza que esta Nação tem sob o ponto de vista de gênero, sob o ponto de vista étnico-racial, sob o ponto de vista geracional. É muito bom ver a juventude na luta. Eu dizia: um dia nós fomos jovens, todos! Estou muito feliz em ver a UMESPA aqui, também a UGES, mas a UMESPA de uma forma muito particular, sempre na luta. De 1954 a 1958, era a UMESPA que dirigia nossas lutas – naquela época, era ginásio, não 1º e 2º Grau. O científico surgiu adiante, aí eu já era maiorzinha, mas, dos 12 aos 16 anos, começou a minha militância. Saúdo a UGES e a UMESPA, esta última de uma forma muito particular, porque foi pela UMESPA que a gente começou a nossa militância para enfrentar o que veio depois no nosso País, o golpe militar, que tirou um Governo constitucionalmente eleito. Eu fiz parte da juventude da Legalidade por aquilo que comecei com 12 anos, e isso é para o resto da vida da gente. Depois, no processo da universidade, como funcionária da universidade, como estudante formada pela UFRGS em Farmácia, também lutei contra a ditadura militar, e a juventude sempre presente. Na década de 30, já havia carteirinha estudantil, e quem dava era a UNE. Eu somo à UMESPA e à UGES o papel da União Nacional dos Estudantes também neste processo todo. A reconstrução da UNE em 1979 nos pegou na universidade. O processo de reconstrução da UNE nós começamos no início da década de 1970, aprofundando em 1975 e chegando a 1979 reconstruindo a União Nacional dos Estudantes, a entidade máxima da nossa juventude, e, lado a lado com o meu partido, o PCdoB. E agora quero cumprimentar o Cassio. Orientada como militante de um partido, herdei esse viés, essa luta política de ser comunista do meu avô, do meu bisavô, da minha avó, dos meus pais, enfim, da minha família. É muito bom ver vocês aqui, e ao saudar a UMESPA, saúdo todos os colégios que estão aqui e todos os estudantes que vieram para cá mostrar a sua garra e sua luta por um direito. E saúdo o Ver. Cassio, porque ele está estendendo, está ampliando uma lei que esta Câmara aprovou em 2006, de autoria do Raul Carrion e da Manuela d'Ávila, do PCdoB, ampliando a faixa etária... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...e faz uma relação importante com a renda. A meia-entrada... eu falava há pouco, desde a década de 1930, era a UNE a entidade que nos fornecia o direito ao pagamento de meia-entrada. Só que é bom lembrar – e o Ver. Kopittke veio há pouco aqui e trabalhou muito bem o processo histórico – que, após o

---

---

Golpe Militar, o Governo Federal não revogou o direito à meia-entrada, porém impediu o funcionamento das entidades estudantis. Muitas delas conseguiram continuar funcionando, o Diretório Acadêmico, por exemplo, quando nós entramos na faculdade, na minha turma de 1972, estava fechado, e nós abrimos, foi pela luta dos estudantes de Farmácia, para poder participar, inclusive, do processo da UNE. Hoje aqui é um resgate, uma ampliação importante da luta que passou pela Constituição Brasileira com a participação dos estudantes. E eu finalizo dizendo: eu não comungo com quem diz que a juventude é o futuro do Brasil; a juventude sempre é, no seu tempo histórico, o presente do Brasil, para, lado a lado, com todas as gerações e lutas sociais, garantir a democracia, a liberdade, os seus direitos e garantir uma grande frente nesta Nação Brasileira, por cada vez mais avanços, sejam democráticos, por reformas estruturantes, como a reforma agrária, como a reforma curricular, como a reforma urbana e como a reforma política, sem financiamento privado de campanha e com garantia da participação paritária das mulheres. Finalizo me dirigindo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Calma que tem muito caminho para andar ainda. Quero me dirigir, de uma forma muito particular, às estudantes mulheres, às jovens mulheres, pelo papel da mulher na sociedade brasileira. Nós queremos uma reforma política com mais poder para a mulher para que a gente possa ocupar os espaços de poder, construir políticas públicas e, lado a lado com os homens, ir à luta para que a gente transforme esta sociedade, onde as nossas diferenças naturais não se transformem em desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais e, lado a lado, com essa luta, mais cultura para a juventude, mais dignidade, muita luta. Viva a Umespa, viva a UGES, vivam os estudantes do Brasil! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15. Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15 à apreciação das

---

Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, colegas, funcionários desta Câmara, senhores estudantes, somos cara pintada e queremos meia-entrada. Eu me sinto honrado e feliz, até porque também tenho uma história que veio do movimento estudantil. Fui presidente de grêmio, participei também da reabertura da União Nacional de Estudantes, e temos aqui – eu e o Cassio – um grande amigo, um grande guerreiro, falecido, que foi o Valter Castilhos, alguém que teve a iniciativa e uma luta muito forte por meia-entrada aos estudantes, e por passagem escolar também. Então, nós militávamos naquela época, e vendo os senhores aqui, cantando, empunhando bandeira e dizendo para a sociedade: “Nós queremos os nossos direitos de jovens! Nós queremos cultura e arte também!”, digo que isso é importante, senhores. É importante dinamizar e empunhar bandeiras, bandeiras que são de vocês, bandeiras que só vocês podem empunhar, porque são jovens.

Lá pelas tantas, em 1970, nós ouvíamos que a juventude era o futuro do Brasil. E para isso, senhores, teriam que investir mais em arte para os senhores, teriam que investir mais em escolas, em educação para os senhores! Hoje nós falamos muito em segurança pública, mas segurança pública se faz com educação, com investimentos em escolas e não com presídios. E eu fico muito feliz de ver cada um dos senhores aqui lutando pelos seus direitos. Fico muito honrado, e me passa um filme na cabeça, da história de estudante, quando fui primeiro presidente eleito diretamente pelo voto de todos os alunos, na escola Odila Gay da Fonseca, na escola pública da Zona Sul, da qual fiz parte e onde tenho muita honra de ter estudado. Então, não posso me furtar de solicitar aos meus Pares que este projeto seja votado e como já dizia Raul Seixas, o Maluco Beleza que fez há pouco aniversário da sua morte: “Um sonho sonhado só por um é só um sonho; mas um sonho sonhado por muitos, aí, sim, vira realidade”. Meia-entrada para todos vocês, e queremos arte e cultura, não só pão. Viva a educação!

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente; meus colegas Vereadores e Vereadores; prezados visitantes, temos aqui hoje dois públicos acompanhando os debates: aqui está a juventude e, no outro lado, podemos dizer, não tão jovens na idade, mas que mantém viva a luta pela esperança, que lutam por moradia, que lutam contra os despejos habitacionais na cidade de Porto Alegre e que lutam por direitos. Portanto, cem por cento dos nossos visitantes, hoje, têm como pauta a luta por direitos. E a juventude aqui presente, meninas e meninos, nós, na grande maioria, militamos e fomos do movimento estudantil; iniciamos esse processo de discussão e sempre lutamos pelo passe livre, sempre lutamos pelo direito à cultura, sempre lutamos por direitos sociais. E o que acontece, neste momento, na sociedade brasileira? E venho aqui para fazer um diálogo e uma reflexão, que o projeto que o Ver. Cassio Trogildo nos oferece, o que significa dentro dessa conjuntura que estamos vivendo? Neste momento existe, na sociedade brasileira, uma criminalização da política. O que vocês estão fazendo aqui é política, é a defesa da política dos direitos da juventude, e isso não pode ser entendido como uma postura a ser criminalizada; isso tem que ser entendido como um direito a ser conquistado. Neste momento, na sociedade brasileira, o ódio está explícito e os direitos estão sendo castrados, e o que acabou de ser votado lá no Congresso Nacional, patrocinado pelo Eduardo Cunha, foi a redução da maioria penal, que diz que jovens, a partir dos 16 anos, podem ser encarcerados, indiciados em qualquer crime comum, mas não analisaram que muito dessa juventude é cooptada pelo tráfico e outras delinquências, porque falta a ela sugestões, falta oportunidade de formação, falta oportunidade de educação, falta oportunidade de cultura. E lutar pelo meio ingresso, Ver. Cassio Trogildo, significa dizer para a cultura que toda a juventude tem direito à cultura, inclusive na lógica da descentralização da cultura. Há poucos dias, debatíamos nesta Câmara, com a juventude do *hip-hop* e outros, que reivindicavam e reivindicam, como antes de ontem, lá na Restinga, a juventude dizia, em alto e bom som: “Nós queremos aqui na Restinga e na região a cultura descentralizada; queremos ter o direito de ir e vir; a juventude quer ter o direito à cultura”.

---

Então, o tema da discussão da maioria penal não é pouca coisa e não está dissociada deste debate aqui; está diretamente relacionada, porque a maioria dos jovens hoje que está presa ou está enquadrada dentro dessa possibilidade da redução da maioria penal são jovens pobres que não tiveram a oportunidade de estudar, e, a grande maioria, negros. E queremos uma sociedade que inclua, e inclusão significa, também, os espaços da cultura.

Portanto, Ver. Cassio, tem o nosso apoio, até porque este projeto já é uma realidade no Estado. O ano passado, em 2014, o Governador Tarso Genro o tornou um projeto do Estado do Rio Grande do Sul, e Porto Alegre precisa acompanhar isso.

Viva a rebeldia da juventude para construir uma sociedade que inclua. Um grande abraço e boa luta. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo o Memorando nº 045/15, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que solicita representar esta Casa na II Conferência Intermunicipal e IV Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, na cidade de Torres, no dia 26 de agosto de 2015.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 112/15.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde a todos os presentes; jovens estudantes que se encontram na Casa; Vereadores e Vereadoras; eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo. É sempre meritória a iniciativa na qual se tenta ampliar os direitos da população. Esta proposta vem de acordo com esta ideia: a juventude precisa de mais acesso à educação, à qualificação profissional, e, obviamente, à cultura. A possibilidade de ingressar de forma mais barata em espetáculos culturais amplia o leque de possibilidades e acesso a espetáculos. Isso é fundamental para a construção de uma juventude mais consciente, mais letrada.

Portanto, venho a esta tribuna saudar a proposta do Ver. Cassio. Estamos, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, Bancada do PSOL, de total acordo com este projeto, e espero que ele seja aprovado, que esta Casa ouça as vozes que vêm da juventude, e que nós tenhamos a aprovação desse projeto. Eu não vou me alongar. Gostaria de saudar novamente a iniciativa e desejar uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 112/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com o voto contrário da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLL nº 112/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 01 ao PLL nº 112/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 17 votos **NÃO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o PLL nº 112/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM.**

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Sr. Presidente, quero que consigne a unanimidade da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Feito o registro! Parabenizo todos os alunos, os jovens pela mobilização e pela vitória. Parabéns a todos vocês. Registro que receberemos a comunidade no Salão Adel Carvalho.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h02min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (16h29min) Estão reabertos os trabalhos.

---

Em votação o Requerimento nº 109/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 110/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 093/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 098/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 101/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 096/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 002/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 002/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas. Esse projeto é, não diria mais uma, diria uma boa contribuição para a Cidade e para o serviço público, para os servidores e servidoras do Município e para a iniciativa privada, porque a ideia é de que ele seja um indicativo, também, para a iniciativa privada. Aqui se trata da criação de um programa autorizando o Executivo a realizar uma flexibilização de horários para servidores e servidoras. E nós tivemos aqui uma série de termos colocados no projeto para flexibilizá-lo, não engessá-lo, não invadir competências do Executivo, que trata das questões administrativas.

Colocamos aqui a possibilidade voluntária de o servidor e de a servidora aderirem a este programa, a livre combinação com a própria chefia, porque, hoje, Ver. Casartelli, que me escuta atentamente, pelo Decreto nº 17.194, é permitida apenas uma flexibilização de meia hora no serviço. Então, coloca a todo servidor e servidora a obrigatoriedade de chegar no mesmo horário e de sair no mesmo horário, o que, de certa forma, é uma irracionalidade, porque nem todo servidor público, logicamente, faz atendimento ao público. Não há uma razão imperiosa para que todos os servidores e servidoras estejam naquele mesmo local, no seu trabalho, na sua repartição, no seu departamento e saiam no mesmo horário. Há serviços – talvez a maioria deles – em que o servidor ou servidora



---

não faz um atendimento efetivo ao público, e, portanto, poderiam ter um horário flexibilizado, inclusive atendendo uma necessidade pessoal. Por que não? Se o servidor consegue chegar mais cedo, consegue chegar às 7h da manhã, 7h30min, por que obrigá-lo a chegar às 8h30min, podendo, depois sair mais cedo, obviamente cumprindo toda a sua carga de trabalho?

Então, fazemos esta proposta – quero repetir aqui, com todo o cuidado, para não entrar na esfera de engessar, de tentar estabelecer horários. Usamos termos como: “Para aderir ao programa, o servidor solicita autorização à chefia e ajusta com ela os horários de término de serviço”. Então, vejam, é um tratamento, eu diria individualizado, por setor, por atividade. Colocamos aqui a possibilidade de o servidor voltar a uma situação anterior por não ter se adaptado ou por alguma circunstância da sua vida. Então, tudo isso pensando em minimizar um pouco essa irracionalidade que temos na Cidade, não só em Porto Alegre, mas em várias cidades, de todo o mundo ir para o trabalho ao mesmo tempo e voltar do trabalho ao mesmo tempo.

É uma sugestão que fazemos e colocamos aqui esta questão de ser indicativo para o Poder Público. Nós poderíamos pensar numa outra forma para a iniciativa privada de a Cidade iniciar ou terminar o dia. Talvez com horários mais flexíveis do comércio, as empresas adotarem isso também nas suas atividades.

Fica aqui um pedido de apoio aos demais Vereadores, talvez muitos já tivessem conhecimento do projeto, mas os que não sabiam, coloco aqui a criação desse programa. Escutei, antes, no plenário, algumas falas do tipo que se trata meramente de uma lei autorizativa. Pois bem, esse é um dos princípios da administração pública. A administração pública só pode fazer algo que está autorizado por lei. E aqui a criação de um programa é isso. É a criação dessa possibilidade legal, portanto dá base para o Executivo e para o Legislativo – a Emenda nº 01 coloca também a questão do parlamento municipal – para fazerem essa adequação, essa flexibilização dos horários. Então, fica um pedido, aqui, de apoio dos demais colegas para que aprovemos uma iniciativa que visa contribuir com a melhoria da Cidade e, inclusive, a melhoria do serviço público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 002/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto que vem à votação foi analisado pela Procuradoria da Casa, que, depois de fazer algumas considerações, conclui dizendo: (Lê.) “Contudo, por força do disposto no artigo 94, incisos IV e VII, letra ‘b’, da Lei Orgânica, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo realizar a administração do Município e promover a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre regime jurídico de servidores, preceitos que, vênha concedida, restam afetados pelo conteúdo normativo da proposição.”

Em verdade, o projeto tem mérito, mas, apesar de ter mérito, não pode o Vereador ter a iniciativa de projeto dessa natureza. Aprovar um projeto desses aqui apenas para ser simpático com o autor seria expormos a Casa, como com frequência expúnhamos no passado, a receber como resposta uma infinidade de vetos do Prefeito Municipal a projetos dessa ordem. Pessoalmente, eu iria mais adiante, eu, além de afirmar a inconstitucionalidade plena deste projeto, eu vou mais longe, seria inexequível, no meu modo de entender. Imaginem, essa flexibilização geral com adesão espontânea ou não dos grupos de trabalhadores do Município, como é que ficaria o expediente municipal, o atendimento às partes que procuram a administração do Município? Há um mínimo de organização, e esse mínimo de organização o Decreto nº 17.194/2011, que institui e regulamenta o sistema do registro eletrônico da efetividade funcional, inclusive para a FASC, estabelece como regra geral que os horários de expediente são das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h, de segunda a sexta-feira. Também estabelece que os servidores poderão antecipar ou prorrogar em 30 minutos, no máximo, diariamente, as entradas e saídas. Não obstante isso, a proposta sem explicitação ou texto do projeto, mas, referindo-se à exposição de motivos, é para que haja antecipações e prorrogações em maior tempo do que ocorre no presente momento. Ora, Sr. Presidente, não é que nós queiramos ter má vontade com os colegas, eu sou um daqueles que entendo que nós temos que buscar de forma inteligente aumentar a nossa capacidade legislativa, em muitos momentos eu sou daqueles que transijo e tento abrir essa possibilidade, mas, no caso presente é escancarada a intromissão, pretendida na lei, na administração do Município. Oh, isso pode ser um programa de ação. Quem sabe um dia o partido do

---

proponente volte ao Governo Municipal e ele tenha a oportunidade de propor à sua administração esse tipo de flexibilização, e o Prefeito e a Secretaria de Administração terão competência para fazê-lo, mas que não podem ser obrigados por uma lei cuja iniciativa não é prerrogativa do Legislativo. Por isso, em nome do Governo, eu estou antecipando a posição, mas vamos recomendar a todos os que puderem nos acompanhar da base do Governo, de independentes, enfim, aqueles que entenderem que essa nossa impugnação não é o mérito, que até se admitiria, em que pese eu, pessoalmente, ter restrições inclusive com o mérito, eu me restrinjo a clarear essa situação. Aprovar esta matéria é saber com certeza que ela será vetada pelo Prefeito, então não há por que estarmos perdendo tempo aqui na Casa com proposta que não terá condição de prosperar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim e outros Vereadores, o PLL nº 002/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 9 votos **NÃO**. Não há quorum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h46min.)